

Bibliografia comentada sobre educação especial e acessibilidade nas avaliações em larga escala

Bruna Poletto Salton

Antônio Ferreira de Melo Júnior

BERMAN, Amy I.; HAERTEL, Edward H.; PELLEGRINO, James W. *Comparability of large-scale educational assessments: issues and recommendations*. Washington, DC: National Academy of Education, 2020. Available in: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED608446.pdf>. Access in: 27 May 2024.

219

As orientações para tomadores de decisão, líderes e consultores da área educacional referem-se a como relatar e interpretar com precisão as comparações relacionadas a avaliações de larga escala e a garantir mais possibilidades de comparação, buscando confrontar a ideia equivocada de que resultados obtidos por diferentes estudantes, em diferentes momentos e locais, utilizando variados testes ou formatos são direta e acuradamente comparáveis. Em nove capítulos aborda-se a comparabilidade entre resultados individuais e de grupos predefinidos, dentro de um único sistema de avaliação e entre diferentes sistemas, em avaliações de estudantes que não são nativos do idioma, que apresentam deficiência ou que vivem em contextos multiculturais. É importante determinar e comunicar claramente os objetivos e os usos esperados dos testes, além de oferecer orientações sobre o uso apropriado de seus resultados e sobre a necessidade de examinar não apenas o conteúdo, mas também o que os testes almejam dos respondentes em termos de habilidades para ser realizada uma comparação. Há fatores das avaliações que podem impedir os estudantes com deficiência de demonstrarem plenamente suas competências: 1) formato de apresentação do conteúdo do teste; 2) espaço em que ele é realizado; 3) tipo de resposta exigido; e, 4) limite de tempo para a realização

do teste ou de parte dele. Quanto aos tipos de acomodações¹ que podem ser oferecidas, é indicado verificar e comparar os resultados da sua oferta e utilização. A obra traz recomendações que podem levar a inferências mais assertivas para os contextos de uso das avaliações, favorecendo a equidade e a melhoria das oportunidades e dos resultados educacionais.

JESUS, Ivone Silva de. *A produção escrita-discursiva de pessoas cegas no Enem 2017: formações e memórias discursivas em perspectiva*. 2022. 343 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35615>. Acesso em: 27 maio 2024.

Para compreender quais formações/memórias discursivas integram a produção escrita-discursiva de pessoas cegas no âmbito do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2017, quando a proposta de redação foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, utilizou-se o método da análise do discurso nas 585 redações de participantes cegos entendidas como formas de percepção e significação do mundo, bem como manifestações de luta pela afirmação do direito das pessoas cegas à escrita. No contexto do exame, foram identificados dois movimentos discursivos: 1) a afirmação do paradigma da inclusão em paralelo com a privação linguística relacionada à pessoa surda; e, 2) a consideração da história da pessoa surda por parte da pessoa cega, contribuindo para a reflexão de sua própria condição. Observou-se que a materialidade escrita-discursiva, ao permitir a ocupação do lugar de produtor pela pessoa cega, também evidencia a realidade plurilinguística brasileira e, ao mesmo tempo, a contestação da lógica hegemônica dos videntes, colocando sob tensão os paradigmas da exclusão, segregação, integração e inclusão e os modelos sobrenatural, médico e social da deficiência. Concluiu-se que os elementos representados nas redações desses participantes são, entre outros, expressões de suas subjetividades, que também estão sujeitas a se transformarem historicamente ao longo de processos em que, ao tecerem uma escrita de si, ressignificam a função da prova e refletem sobre a sociedade brasileira.

LEE, Dukjae; BUZICK, Heather; SIRECI, Stephen G.; LEE, Mina; LAITUSIS, Cara. Embedded accommodation and accessibility support usage on a computer-based statewide achievement test. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, [S.l.], v. 26, n. 25, Dec. 2021. Available in: <https://doi.org/10.7275/21926674>. Access in: 27 May 2024.

¹ Acomodações são mudanças na maneira como o teste é administrado, sem afetarem a validade dos resultados nem o constructo avaliado. (N. da R.).

Em testes estaduais de larga escala nos Estados Unidos, aplicados em formato digital, há distinção entre as acomodações disponíveis para todos os estudantes, para estudantes que tiveram indicação por um educador e para aqueles que se enquadram legalmente como pessoas com deficiência. As acomodações digitais abordadas incluem marcação de texto com cor, sombreamento da linha que está sendo lida, mascaramento de texto não relevante (de modo que o estudante possa focar o conteúdo importante), conversão de texto para fala (*text to speech*) e impressão em tinta. O estudo busca identificar os tipos de suporte mais usados pelos diferentes subgrupos de estudantes e até que ponto ocorre essa utilização. Apresenta a relação entre a elegibilidade para fazer uso das acomodações e os suportes designados e sua utilização. Com base nas informações sobre a elegibilidade e o uso de acomodações é possível identificar localidades nas quais pode haver um uso muito elevado dos suportes de acessibilidade ou, ao contrário, onde são subutilizados.

NIEMINEN, Juuso Henrik. Governing the 'disabled assessee': a critical reframing of assessment accommodations as sociocultural practices. *Disability and Society*, [S.l.], v. 37, n. 8, p. 1293-1320, 2021. Available in: <https://doi.org/10.1080/09687599.2021.1874304>. Access in: 27 May 2024.

A proposta de reformulação do contexto em que se dá a discussão acerca das acomodações da avaliação origina-se da defesa de que elas constituem práticas socioculturais. Com base em Michel Foucault, observa-se o funcionamento de instituições de ensino superior na Finlândia do ponto de vista dos estudantes que necessitam dessas acomodações. O tempo extra, a tecnologia assistiva e o espaço personalizado para realização dos testes são geralmente compreendidos com suporte no modelo médico de deficiência, uma vez que o diagnóstico médico é o critério para o acesso a esses recursos, ao mesmo tempo que se enfatiza a individualidade do desempenho estudantil. Diante disso, é importante desconstruir concepções e posições de submissão em relação à avaliação e à lesão (*impairment*) que tendem a prevalecer entre os estudantes. Ou seja, deve-se chamar a atenção para a noção de que os discursos são práticas sociais que visam à gestão dos sujeitos, portanto é necessário conscientizar os estudantes para que eles, enquanto sujeitos, negociem suas posições em busca de maior participação nas instituições. Repensar os conceitos de avaliação e de acomodação no sentido de ampliar a participação implica produzir uma correspondência com o modelo social de deficiência. Conclui-se que, mediante tal entendimento, é possível construir uma avaliação inclusiva e ir além dela para transformar as estruturas sociais.

CHAKRABORTY, Anannya; KAUSHIK, Amit. *Equitable learning assessments for students with disabilities*. Bangkok: Unesco Bangkok Office, 2019. (Network on Education Quality Monitoring in the Asia-Pacific Thematic Review). Available in: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372301>. Access in: 27 May 2024.

Na região da Ásia do Pacífico há aproximadamente 690 milhões de pessoas com deficiência, o que corresponde a 15% da população. Uma revisão temática da literatura apresenta informações sobre os testes nacionais de larga escala e as acomodações que são oferecidas em cada país (como Brunei, Malásia, Hong Kong, Singapura, Austrália, Filipinas, Índia, Butão e Bangladesh), demonstrando que a maioria deles está passando por um momento de transição da segregação para a inclusão na escola. Malásia e Brunei estão começando a construir políticas para acomodar as necessidades dos estudantes com deficiência, enquanto esse tópico ainda é pouco discutido em outros países, como Bangladesh. Já a Austrália apresenta orientações que descrevem claramente que as crianças com deficiência devem ser incluídas em escolas regulares, em todos os aspectos, inclusive nas avaliações em larga escala. Quanto à formação continuada dos professores, há iniciativas em Hong Kong, Coreia do Sul, Japão e Singapura. Em contextos de baixa renda, na Índia e em Bangladesh, tal formação tem sido possibilitada por organizações não governamentais, que também oferecem auxílio para moradia e recursos financeiros para o percurso escolar de crianças com deficiência. Apesar dos avanços significativos, os países da região ainda enfrentam dificuldades para estabelecer um sistema educacional realmente inclusivo: as crianças com deficiências leves a moderadas são matriculadas em escolas regulares, mas aquelas com deficiências graves, em muitos casos, seguem segregadas em escolas especiais.

222

SILVA-OLIVEIRA, Gláucia Caroline; WANDERLEY, Débora Campos; STUMPF, Marianne. Enem em Libras como corpus linguístico: metodologia para produção de glossários em Libras. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 51, n. 1, p. 106-117, jan./maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v51i1.1358>. Acesso em: 27 maio 2024.

Um total de 93 sinais terminológicos relacionados à Biologia foram incluídos no glossário de Libras, auxiliando tradutores e intérpretes de Libras e professores bilíngues na rápida consulta desses termos, promovendo a padronização dos sinais. Cinco etapas foram delineadas para criar o glossário com base no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em Libras: i) seleção do *corpus* linguístico; ii) coleta e registro de termos em fichas léxico-terminográficas; iii) elaboração de definições, exemplos e imagens dentro do escopo do glossário; iv) tradução para Libras, com registro em vídeo; v) publicação e divulgação do material em uma plataforma digital. Ressalta-se a relevância da prova do Enem em Libras como *corpus* linguístico para pesquisas léxico-terminográficas e propõe-se uma metodologia detalhada para a elaboração de glossários em Libras, a qual pode ser aplicada a outras áreas do conhecimento.

SANTOS, Vivian. *Avaliação da política de inclusão escolar em um município na perspectiva de professores*. 2020. 425 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/14053/Tese_Vivian_Santos_2020_Ufscar_CORRIGIDO.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 27 maio 2024.

Análise da política de inclusão escolar em um município do estado de São Paulo sob a ótica dos professores, visando contribuir para o aprimoramento dos estudos sobre políticas educacionais e das ferramentas e abordagens para avaliação dessas políticas. O trabalho foi conduzido em uma rede municipal e envolveu três fases: i) revisão integrativa da literatura e entrevistas individuais com ex-profissionais da área educacional do município; ii) análise de documentos oficiais em nível nacional (94 textos) e municipal (26 textos); iii) entrevistas individuais com questionários estruturados e grupos focais, com a participação de 53 professores de ensino regular e 8 professores de atendimento educacional especializado (AEE). Os resultados destacaram a influência de organismos multilaterais, por meio de suas conferências e declarações, nas políticas de educação especial no Brasil, enquanto, localmente, observou-se que o município seguiu a tendência nacional ao adotar essas políticas, embora com uma significativa presença de instituições especializadas do terceiro setor. Além disso, o estudo revelou que os principais desafios incluem a necessidade de formação dos professores na área de educação especial e a falta de tempo designado para um planejamento colaborativo entre os professores do ensino regular e os do AEE. Assim, a pesquisa ressalta a importância de a avaliação das políticas educacionais gerar indicadores mais eficazes, por meio de iniciativas como programas de formação continuada, reestruturação da sistemática de apoio dos professores do AEE com foco no auxílio aos docentes do ensino regular e investimentos em recursos materiais para aprimorar os ambientes de aprendizado dos alunos contemplados pelo AEE.

223

Bruna Poletto Salton, doutoranda em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), é coordenadora do Centro Tecnológico de Acessibilidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e membro do Grupo de Pesquisa Acessibilidade Virtual e Tecnologia Assistiva, do IFRS.
bruna.salton@ifrs.edu.br

Antônio Ferreira de Melo Júnior, doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é professor de História vinculado às Secretarias Municipais de Educação de Monte Alegre e São Gonçalo do Amarante, no estado do Rio Grande do Norte.
antoniofdemelojr@gmail.com

Recebido em 6 de novembro de 2023

Aprovado em 18 de abril de 2024